

Auge E Declínio Da Atividade Sucroalcooleira: As Transformações Do Mundo Do Trabalho Na Baixada Campista/RJ

Simone da Silva Viana¹

Denise Cunha Tavares Terra²

Grupo de Trabalho: GT1 Reestruturação do Espaço-Urbano Regional, Dinâmica Econômica e Impactos no Emprego

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com antigos operários de uma usina sucroalcooleira da Baixada Campista/RJ, visando apreender as práticas e o imaginário sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os novos arranjos e a dinâmica das forças produtivas e da classe operária durante o auge e após o declínio da Usina. O objetivo foi o de identificar e analisar, a partir da memória dos antigos operários da Usina os tipos de trabalho desempenhados, as inovações adotadas no processo produtivo e as diferentes formas de sobrevivência encontradas a partir do declínio do setor sucroalcooleiro, dando oportunidade a afirmação desses sujeitos em espaços ainda marcados pela precarização do trabalho. Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Os resultados obtidos apontam a continuidade e o fortalecimento de diferentes formas da precarização do trabalho na Baixada Campista.

Palavras-chave: Relações de Trabalho. Precarização do Trabalho. Indústria sucroalcooleira.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com antigos operários de uma usina sucroalcooleira da Baixada Campista/RJ, a Cia Agrícola

¹ Professora Mestre nas Redes Estadual e Particular, Pesquisadora nas áreas de História e Políticas Sociais, sisviana16@gmail.com, Mestre em Políticas Sociais pela UENF, Especialista em História Moderna e Contemporânea PUC-MG, Graduada em História.

² Professora Doutora Professora Associada no Laboratório de Gestão e Políticas Públicas do Centro de Ciência do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, deniseterra@gmail.com, Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Candido Mendes - Campos (1981), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007).

Baixa Grande - Usina Santo Amaro (1937-1995), visando apreender as práticas e o imaginário sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, os novos arranjos e a dinâmica das forças produtivas e da classe operária durante o auge e após o declínio da Usina.

O objetivo foi o de identificar e analisar, a partir da memória dos antigos operários da Usina, os tipos de trabalho desempenhados, as inovações adotadas no processo produtivo e as diferentes formas de sobrevivência empreendidas a partir do declínio do setor sucroalcooleiro na região, dando oportunidade a afirmação desses sujeitos sociais em espaços ainda marcados pela precarização do trabalho.

Para a realização da pesquisa privilegiou-se os métodos qualitativos, tais como entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Os métodos adotados permitiram trabalhar com as histórias e relações sociais construídas no espaço físico da Usina, retratando as percepções sobre as relações sociais e cotidianas que se construíram no interior da Usina a partir das interpretações diferenciadas da trajetória dos antigos operários, suas experiências profissionais, seu dia-a-dia, seu trajeto, o seu “mundo” do trabalho.

Nessa perspectiva a aplicação do método do itinerário, que foi realizado individualmente com os antigos operários, no espaço físico da Usina, em que o entrevistado foi o guia do percurso; permitiu compreender as diferentes maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço, em uma sociedade fortemente marcada pela divisão do trabalho. Correlacionou-se este método com os relatos das entrevistas realizadas, com a pesquisa bibliográfica e análise da problemática levando a novas ressignificações do trabalho na região da Baixada Campista.

O artigo está estruturado em três seções além desta breve introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais no sistema capitalista, a segunda seção trata da dinâmica do setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense/RJ, a terceira apresenta os resultados das pesquisas qualitativas realizadas: entrevistas

semiestruturadas e o método do itinerário aplicados com os antigos operários da Usina Santo Amaro.

BREVES REFLEXÕES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

Pesquisar sobre o mundo do Trabalho exige entender em tempos históricos e espaços diversos, como o ser humano cria, recria e modifica conscientemente ou não, sua história. O trabalho existe desde o momento em que os seres humanos começaram a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor. Gradativamente, certas formas de trabalho social diferentes do trabalho material, foram surgindo e se solidificando.

O processo de desenvolvimento do capitalismo desde o seu período manufatureiro até a atual fase mundializada/globalizada, sofreu profundas transformações principalmente ao nível da divisão técnica do trabalho, da utilização sistemática da ciência e da tecnologia no aparelho de produção, na organização e controle do trabalho e do trabalhador. A força expansiva do capital tende a homogeneizar a sociedade, tornando-a capitalista, uma relação social que se materializa em dinheiro, meios de produção, trabalho, mercado, lucro, exploração do trabalhador assalariado.

Ao longo da História, desde as mais antigas civilizações sempre existiu divisão entre aqueles que mandam (pensam, concebem e inventam) daqueles que só obedecem e executam. O trabalho se tornava um meio de produzir riqueza em geral, dividindo a sociedade em três grandes classes da sociedade moderna: os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários.

Segundo Marx (1977, p.63), “a força de trabalho é, pois, uma mercadoria, assim como o açúcar; nem mais, nem menos. Mede-se a primeira com o relógio; a segunda com a balança (...) o operário vende a si mesmo, pedaço a pedaço. (...)” Pode-se de modo geral, dizer que os marxistas enfatizam o mercado de trabalho como um fenômeno histórico recente, e que a criação do mercado de trabalho dependeria do desenvolvimento tecnológico e da acumulação prévia de riqueza e

de recursos produtivos, bem como da proletarização de amplos grupos sociais, pois na sociedade capitalista o trabalho adquiriu uma concepção negativa, já que o trabalhador é expropriado do fruto de seu trabalho. O trabalho tornava para um número crescente de indivíduos, um meio de consumir, de satisfazer suas necessidades mais amplas, impedindo o trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de sua liberdade e consolidando a alienação.

Sem dúvida, ao longo da história, o trabalho e as relações de trabalho consolidaram mudanças significativas decorrentes de transformações ocorridas na economia e no modo da produção, estabelecendo uma nova cultura de trabalho. Ou seja, a força do trabalho, enquanto se vende e se compra, é uma mercadoria como qualquer outra e tem por consequência um valor de troca. De acordo com a visão marxista, a respeito do trabalho exercido pelo trabalhador, a mais-valia é o valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho, e que é apropriado pelo capitalista.

Para uma melhor compreensão do conceito amplo de relações de trabalho, torna-se necessário abordar os principais modelos de produção fabril que se destacaram do final do século XIX e durante o século XX, e que ainda hoje têm suas bases enraizadas em vários setores da produção capitalista: como o Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. O Taylorismo, elaborado pelo norte-americano Frederick Taylor, no final do século XIX, estabeleceu um controle da produção e dos trabalhadores por meio de um cronômetro, para tornar o processo de produção mais simples e rápido, a partir de um grande volume de produção. O Fordismo é um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção. O Fordismo foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o mercado automobilístico e industrial da época.

Em ambos os modelos Taylorista e Fordista o trabalhador era explorado produzindo os mesmos serviços e fazendo aumentar a riqueza dos donos das fábricas. A linha de montagem especializou os operários na realização de tarefas simples e repetitivas, não havendo necessidade de habilidades especiais na

execução de seu trabalho, o trabalho continuava a ser tratado como uma mercadoria e com os atributos de alienação, monotonia e embrutecimento.

Ao longo dos anos 70, no século XX, ocorreu uma crise estrutural no sistema capitalista que levou a uma crise do modelo de produção Fordista, ocasionando a queda na taxa de lucro causada pelo aumento do preço da força de trabalho. As empresas investiram em inovação tecnológica e novas técnicas gerenciais para diminuir os custos, provocando, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho e retração do consumo e juntamente a esse cenário a crise do Estado de Bem-estar Social, o desmonte do Estado, dos direitos do cidadão, do trabalhador.

O esgotamento desses modelos de produção, Taylorismo e Fordismo, levou a uma valorização da força de trabalho como saída para evitar a crise no setor de produção. Mas ao mesmo tempo, não significou banir totalmente estes modelos de produção. Torna-se importante ressaltar que ainda há resquícios desses modelos de produção no mundo do trabalho atual.

Estudos demonstram que ocorreu no mundo do trabalho, um processo de reorganização devido às implementações das políticas neoliberais no cenário econômico mundial, como: privatizações de empresas estatais, desregulamentação dos direitos do trabalhador, reorganização do processo produtivo e do trabalho, já que os diversos componentes de um produto podem ser fabricados em diversos lugares, de acordo com as vantagens financeiras, legislativas e estrutura do mercado de trabalho oferecida pelos países.

Vale destacar nesse contexto neoliberal, a implementação do modelo de produção oriental, o Toyotismo, cujas principais características eram: a valorização do trabalho em equipe, a qualidade no e do trabalho, a multifuncionalidade, a flexibilização e a qualificação do trabalhador. À vista disso, a exploração e a precarização do trabalho eram consolidadas, devido à busca pelos superlucros dos neoliberais e por um modelo que se caracterizava pela produção diversificada para atender ao mercado consumidor, estabelecendo daí subcontratações ou terceirização. Dessa maneira, pode-se caracterizar o modelo de produção toyotista, como: busca por maior produtividade; aumento da

demanda na produção e maior intensificação do trabalho; maior flexibilidade e autonomia dos trabalhadores; modelos de organização da produção baseados no CCQ³, Just in Time⁴ e Kanban⁵.

Sendo assim, a nova ordem mundial está se redefinindo e criando novas modalidades de organização do trabalho e da produção, uma nova divisão transnacional do trabalho, com as combinações do Fordismo, Toyotismo e terceirização. O trabalho torna-se global e passa a ser influenciado por padrões e valores socioculturais e políticos além da flexibilização dos direitos dos trabalhadores, que amplia a precarização do trabalho, que se dá em um cenário bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora, o que implica uma acelerada redução do número de empregos no núcleo moderno e formal da economia.

O MUNDO DO TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

Analisar historicamente as transformações econômicas ocorridas na região Norte Fluminense, no setor econômico sucroalcooleiro, ressaltando os períodos da ascensão e declínio do mesmo, no contexto dos séculos XX e XXI é um passo importante na compreensão das novas atividades econômicas, que influenciaram novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária emergidas nesse espaço. A partir das primeiras décadas do século XX o

3

Círculos de Controle de Qualidade (CQC) – busca dar maior autonomia aos trabalhadores no processo de trabalho, tornando a divisão do trabalho mais flexível. (CORIAT, 1994, p. 29-39)

² Just in Time – os recursos devem ser disponibilizados somente no tempo e na quantidade necessária para o trabalho, modelo de produção que rompe com a rigidez do Fordismo. É um dos pilares que o engenheiro Taiichi Ohno denomina de “espírito Toyota”. (CORIAT, 1994, p. 29-39)

³Kan-Ban – a produção é controlada por cartões e realiza-se em função dos setores que procuram componentes que são solicitados em função das vendas; técnica que se apresenta como uma inovação organizacional no setor do comércio, reorganizando o sindicalismo e as relações industriais. (CORIAT, 1994, p. 29-39)

4

5

crescimento do setor açucareiro era visível, quando a maioria dos engenhos foi transformada em grandes usinas, que restabeleceram e consolidaram a estrutura latifundiária e instalaram, com a concentração da propriedade rural, o regime de grande exploração agrícola e industrial. Até hoje é possível visualizar as marcas e vestígios de um passado vinculado a atividade sucroalcooleira na Baixada Campista, mesmo que hoje seja pela paisagem das ruínas das grandes usinas do passado. É importante ressaltar que a cidade de Campos dos Goytacazes, foi pioneira em possuir usinas de açúcar de forma particular, sem a concessão de benefícios oferecida pelo governo na política de engenhos centrais.

A economia açucareira, no início do século XX, era direcionada ao mercado interno, a maior procura pelo produto se deu não apenas pelo aumento populacional nesta época, como também pelo aumento do poder aquisitivo da população urbana. Dessa acumulação e centralização da produção e do capital resultou o aumento do número de trabalhadores dependentes da produção sucroalcooleira, sejam eles operários, lavradores ou fornecedores de cana. Essas mudanças exigiram o trabalho mecanizado, a cultura intensiva, a irrigação em alta escala, a estrada de ferro, o caminhão e o trator; recursos tecnológicos importantes para o desenvolvimento da produção sucroalcooleira, porém inacessíveis ao lavrador, pois eram bens pertencentes aos donos do capital.

O governo de Vargas, em 1930, protegeu a exportação agrícola e a grande propriedade rural. Em contrapartida, os trabalhadores rurais continuaram sem meios para se tornarem proprietários de terras, a maioria vivia em péssimas condições de vida, baixa remuneração, falta de assistência médica e proteção trabalhista. Dessa maneira, em dezembro de 1931, o governo brasileiro criou a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar, integrada por representantes do Governo Federal e dos Estados produtores, com a intenção de acompanhar a evolução da mesma e preservar o equilíbrio interno entre produção e consumo através da exportação.

Em 1932, o governo decretava o limite da produção açucareira oficialmente e incrementava o fabrico do álcool motor, objetivando reduzir a oferta de açúcar e

favorecer o aproveitamento da matéria-prima disponível no setor para a fabricação do álcool. Neste contexto foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool (I.A.A.), em junho de 1933, com o objetivo de controlar a produção para evitar maiores prejuízos e incentivar a produção do álcool, iniciando uma intensa intervenção do Estado na economia açucareira. A respeito da função do I.A.A, cabe salientar que o mesmo autorizava a moagem nas usinas fluminenses e todos os excessos da cana deveriam ser entregues a esse órgão para que fosse transformada em álcool anidro. Com inspeção do I.A.A., era oportunizado às usinas do Estado do Rio de Janeiro, transformar os excessos de cana recebidos pelos seus fornecedores em açúcar demerara, porém o mesmo deveria ser entregue ao órgão.

Outra tarefa atribuída ao I.A.A. era determinar no último mês de cada ano, de acordo com a produção disponível e a importação de gasolina prevista, a proporção de álcool anidro a ser adquirido no ano seguinte pelos importadores de gasolina, para que pudessem despachar a sua mercadoria, pois a política de preços do álcool às companhias importadoras de gasolina não poderia causar danos aos produtores nem aos consumidores. Tendo em vista todo esse processo intervencionista, conhecido como defesa da economia açucareira ou canavieira era perceptível a limitação do volume produzido em cada safra para manter o equilíbrio entre a produção e o consumo do açúcar, de modo a manter o saneamento e a estabilidade do mercado.

Em novembro de 1941, neste contexto de implementação de políticas econômicas para o setor industrial sucroalcooleiro, era notável a precarização do trabalhador deste setor, emergindo daí a necessidade de um sindicato que defendesse os interesses e garantisse os direitos dos trabalhadores rurais no país. No entanto, é importante ressaltar, que nesta época muitos sindicatos eram cooptados e controlados pela política intervencionista varguista, muitas vezes se colocando ao lado do patronato.

Como era evidente na região Norte Fluminense, no momento de inúmeras greves por aumento de salário por parte dos trabalhadores nas usinas da Baixada Campista, a política governamental defendia os usineiros alegando que não tinham

condições financeiras para atender à reivindicação de reajuste salarial, devido à crise econômica da agroindústria do açúcar. Dessa maneira, para amenizar os confrontos entre os trabalhadores das usinas e os usineiros por melhorias na política trabalhista, o I.A.A. dentre tantas medidas de assistência social, estabelecia o direito à moradia, assistência médica, dentária e hospitalar gratuita, ensino primário gratuito aos filhos dos trabalhadores em idade escolar.

No período de Ditadura Militar (1964-1985), o Ministério do Trabalho foi preponderante na defesa dos interesses capitalistas reprimindo a classe trabalhadora e aumentando o controle sobre os sindicatos, legalizando decretos de proibição às greves, controlando políticas e órgãos trabalhistas, como o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com Singer (1976, p. 57-58), em síntese, “o arrocho’ na economia brasileira no ano de 1965, não se fez sentir, igualitária e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados, cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto”. É importante considerar ainda, que o Brasil obtinha muitas vantagens na produção sucroalcooleira, como: grandes áreas inexploradas, solos férteis, clima favorável à lavoura canavieira, longas vias fluviais, política organizada pelo I.A.A., rede de comunicação e de transporte em desenvolvimento, mão-de-obra abundante, tanto para o trabalho na lavoura como para as usinas sucroalcooleiras, fábricas de tratores e implementos agrícolas em expansão.

Em 1973, o governo juntamente com o I.A.A., elaborou o FUNPROÇUCAR (Fundo para o Programa de apoio à Agroindústria Açucareira) que financiou a modernização das indústrias e a maioria das usinas foi totalmente remodelada em todo país. Outra ação implementada pelo governo Federal que ajudou ao país a enfrentar a crises do Petróleo em 1973 foi o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), criado no final dos anos de 1970 e que foi considerado o maior programa de energia renovável já estabelecido em termos mundiais. Além disso, foram elaborados programas e incentivos governamentais que oportunizaram avanços tecnológicos no setor sucroalcooleiro e transformações no mundo do trabalho das

usinas, o trabalho se tornava mais dinâmico e técnico, provocando outras preocupações para a sociedade como o aumento da reserva de mão-de-obra desqualificada.

É importante ressaltar o avanço do país na fabricação do álcool, em um contexto de crise do petróleo permitindo o mercado interno e até mesmo internacional outra fonte de combustível automobilístico. É inegável, que as usinas sucroalcooleiras do país se beneficiam de terem o álcool, produzido diretamente a partir da fermentação do caldo de cana ou pela diluição de mel resultantes da produção de açúcar, proporcionando uma maior eficiência da atividade e a simplificação da produção de um açúcar de melhor qualidade e com possibilidade de garantir uma melhor rentabilidade.

Já no final dos anos de 1970, a indústria açucareira demonstrava sinais de instabilidade econômica, devido a vários acontecimentos, como: a venda de cotas e fusão de usinas sucroalcooleiras em todo o país; à baixa dos preços no mercado internacional e também neste período, o preço do barril do petróleo ficou muito caro. Relacionada a essa situação, o governo estabelecia uma política de contenção salarial, aceleração inflacionária que provocou queda na capacidade de consumo da sociedade e atingiu a classe média, principalmente. Tal situação afetou a atividade sucroalcooleira da região Norte Fluminense, pois sem créditos e sem programas de viabilização de incentivos financeiros, os usineiros não conseguiram manter a mesma capacidade de produção do açúcar e álcool e a rentabilidade no setor; o que acabou gerando uma instabilidade econômica na região.

Na década de 1980 a crise na economia açucareira foi significativa. Apesar de na segunda metade da década de 1970 ter ocorrido o auge da produção açucareira, as dívidas contraídas para financiar esta grande produtividade, as baixas taxas de crescimento do PIB brasileiro e a dependência em relação ao governo Federal, que não liberava recursos como antes, determinaram a falência de muitas usinas, como aconteceu com a Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro, em 1996.

Uma grave crise econômica de caráter estrutural que resultou em estagnação com inflação alta, além da evolução da pobreza em todo o país impactou fortemente a dinâmica do mercado de trabalho a partir dos anos 80. Com o esgotamento de um modelo de Estado interventor, reduzindo sua proteção ao capital industrial, tem-se no país a abertura para a economia mundial, a partir das práticas neoliberais praticadas pelo governo.

Observa-se, que neste período houve um decréscimo na produtividade e rentabilidade industrial no setor sucroalcooleiro do país e em especial na região Norte Fluminense. Como consequência ocorreu a estagnação econômica das usinas de açúcar e o avanço de outras atividades econômicas como a fruticultura, a indústria da cerâmica vermelha e a indústria petrolífera, com o início da exploração e produção de petróleo na bacia de Campos. Surge neste cenário um aumento da economia informal, um redesenho das políticas públicas e transformações na economia tradicional agrária e conseqüentemente uma nova dinâmica econômica e impactos no emprego.

A indústria ceramista surge na região como alternativa para absorver os antigos operários da indústria sucroalcooleira. Trata-se de uma indústria que se caracteriza pela utilização de processos produtivos artesanais que reproduzem práticas utilizadas desde o século XIX, como a utilização do forno a lenha, sendo que atualmente, uma pequena parcela de cerâmicas de tijolos, desenvolveu técnicas mais inovadoras com a implementação do gás natural no seu processo produtivo. Neste período, o país vivenciou inúmeras greves, de diversos setores da sociedade. No mundo rural houve o aumento da organização e resistência dos trabalhadores agrícolas, como os boias-frias.

Na década de 1990, numa sociedade desagregada, com políticas neoliberais que limitavam a cidadania, intensificavam-se as privatizações e surgia uma nova divisão do trabalho, que se consolidava com a desregulação das relações de trabalho no Brasil, que permitiram ampliar a jornada de trabalho pela terceirização, subcontratação e pelo trabalho informal.

E na região Norte Fluminense a situação não era diferente, passava por sérias dificuldades, influenciando novos arranjos e uma nova dinâmica das forças produtivas e da classe operária contribuindo para a mudança no perfil socioeconômico dos municípios da região. A fragmentação do trabalho, a contratação eventual, a precarização e deterioração do mercado de trabalho geraram uma maior insegurança na renda dos trabalhadores, ampliando a desigualdade e a pobreza.

Em março de 1989, o cenário do mundo do trabalho no país era de greves e insatisfações populares, decorrentes da grave crise econômica e política, que desencadearam o fim de vários projetos e financiamentos à indústria, principalmente nas indústrias sucroalcooleiras da região Norte Fluminense. Em 1990 foi extinto o IAA no governo Collor, dessa forma os empresários tinham livre acesso de comercialização, pois já não havia um órgão para regular o setor.

Como a agroindústria açucareira era a base da economia da região, o seu colapso econômico atingiu a muitos setores da sociedade, ou seja, o Norte Fluminense não tinha uma economia diversificada e o impacto da crise que o setor sucroalcooleiro sofreu, fez com que toda a região ficasse estagnada economicamente, uma profunda crise das relações de produção.

Sobre ótica, a respeito da falta de apoio governamental à indústria sucroalcooleira, Silva e Carvalho, consideraram que:

Entretanto, a década de 1980 foi crítica para a economia açucareira no Norte Fluminense. As baixas taxas de crescimento do PIB nacional, em meio à espiral inflacionária que se verificou no país, inviabilizaram o crédito privado para novos investimentos e acirravam a dependência dos produtores às, cada vez mais precárias, políticas de subsídios do Governo Federal. Portanto, é compreensível o impacto negativo determinado à região, quando o setor diminuiu a produção no final dos anos 1970 e entrou em colapso nos anos de 1980 e 1990. Os resultados mais visíveis da estagnação econômica do setor e seu impacto sobre a região foram o fechamento de inúmeras usinas, o elevado grau de desemprego gerado e a

precarização das relações trabalhistas. (SILVA e CARVALHO, 2004, p.65)

Assim, entendemos que no século XX, a região Norte Fluminense se destacava pela economia e poder em torno da cana-de-açúcar, já no século XXI, se enfatiza os recursos petrolíferos e sua rentabilidade para o desenvolvimento da região. É importante considerar que a maioria das usinas da Baixada Campista decretaram falência, e em decorrência dessa situação, a maioria de seus antigos trabalhadores não conseguiram ser reaproveitados enquanto força de trabalho, já que as funções exercidas nas usinas sucroalcooleiras foram extintas, não havendo possibilidades de trabalharem em funções similares novamente, pois se reduziu o número de usinas em funcionamento, não absorvendo esta grande massa de trabalhadores desempregados que acabaram se tornando um exército de reserva de mão-de-obra pouco qualificada.

A Cia Agrícola Baixa Grande - Usina Santo Amaro conseguiu manter sua produção e safra até 1992, sem grandes prejuízos apesar do cenário de crise econômica vivenciado no país. Porém, em 1993 iniciou seu processo de crise alarmante, pois não conseguia pagar as dívidas geradas com os programas de financiamentos oferecidos pelo governo, os juros eram muito altos e a dívida da usina aumentava muito ao mesmo tempo em que a produção sofria uma queda devido à alta inflação e também pela seca e falta de chuvas na região nesse período.

Em 1995, as demissões afetaram 80% do quadro total de funcionários da usina. Neste mesmo período, o país implementava políticas neoliberais que favoreceram a entrada de mercadorias estrangeiras em grande proporção e avançava com o programa de privatização das estatais e as reformas destinadas a diminuir os gastos do Estado, como a reforma da Previdência; ocorrendo ampliação da exclusão social e flexibilização no mundo do trabalho; precariedade e desregulamentação do trabalho.

Ainda hoje se constata a necessidade de repensar um novo modelo de produção e atividade econômica nessa região historicamente pautada na

monocultura da cana-de-açúcar. Torna-se ainda necessário buscar e possibilitar alternativas para o mercado de trabalho na Baixada Campista para superar a decadência do setor canavieiro e do setor de cerâmicas de tijolos, aproveitando suas potencialidades agrícolas e humanas.

A PERCEPÇÃO DOS ANTIGOS OPERÁRIOS: MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS

Para a realização da pesquisa foram utilizados os métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas e o método dos itinerários. Entre os meses de agosto de 2018 até janeiro de 2019 foram realizadas 10 entrevistas e 02 itinerários com os antigos operários da Cia Agrícola Baixa Grande – Usina Santo Amaro. As entrevistas ocorreram, na sua maioria, na localidade de Baixa Grande, na Baixada Campista, pertencente ao município de Campos dos Goytacazes, região onde se concentrava a maior parte da produção sucroalcooleira. A localidade de Baixa Grande fica à margem da Rodovia 216, a 33 Km da cidade de Campos dos Goytacazes e próxima à praia Farol de São Thomé.

Os dez entrevistados atuaram em diferentes ocupações durante o período em que trabalharam na Usina: 1 mecânico, 1 tratorista, 1 técnico agrícola, 1 laboratorista, 2 no controle de estoque/ almoxarifado e serviços administrativos e contábeis, 1 auxiliar do Departamento Agrícola e secretaria da Diretoria, 1 administrador e departamento de dados e processamento/ computador, 1 balanceiro e auxiliar de escritório, 1 soldador. Foi realizada ainda uma entrevista com o usineiro, Dr. Fernando De La Riva Averhoff. O método do itinerário foi aplicado a 2 antigos operários, sendo um da produção e o outro da parte administrativa.

Olhar, sentir e pensar são ações inseparáveis, a memória é a relação do indivíduo com a sua história, esta plural na forma de expressar e compreender o mundo em que vive. Assim, do ponto de vista metodológico, tratou-se de buscar a verdade dos fatos relatados pelos antigos operários com sensibilidade, investigação, reflexão e análises que pudessem desvendar a subjetividade do

mundo do trabalho vivido por essas pessoas, que foram protagonistas da história da Usina.

Pesquisar o mundo do trabalho na Usina Santo Amaro é entender que em tempos históricos, num espaço diverso, produziram-se histórias de vida, onde os trabalhadores criaram e recriaram sua existência não só materialmente como afetiva e simbolicamente. Trata-se de uma pesquisa que tenta resgatar o passado para intervir mais adequadamente no presente da Baixada Campista. Histórias vivas e particulares, neste mundo tão exposto à exploração e precarização do indivíduo, como é o mundo do trabalho.

As entrevistas semiestruturadas permitiram revelar a rotina e as vivências relacionadas ao mundo do trabalho dos antigos operários da usina, estabelecendo uma relação de significados do passado e presente enquanto trabalhadores, pensar e repensar o trabalho vivido por eles; compreender as mudanças ocorridas ao longo de sua trajetória de trabalho na região da Baixada Campista, as suas trajetórias de vida modificadas com o declínio sucroalcooleiro na região e as alternativas buscadas por eles para saírem da situação de desempregados.

O roteiro de entrevistas abordava questões como: assistência social, habitação, direitos trabalhistas, participação no sindicato da categoria, inovações tecnológicas, aprimoramentos e capacitações profissionais, acidente de trabalho, rotina de trabalho, indenizações, auge e declínio da usina, novas atividades de trabalho exercidas com o fechamento da usina. Todas as entrevistas foram gravadas, com a autorização dos entrevistados.

Aliada às entrevistas semiestruturadas foi também utilizado o método do itinerário, aplicado individualmente a alguns dos entrevistados, no trajeto de sua casa até o espaço físico da Usina, em que o entrevistado foi o guia do percurso. O intuito foi o de compreender a visão e interpretação dos antigos operários, suas formas de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço. O percurso com o entrevistado foi estimulado com conversas, e o entrevistado teve a

função de um guia no espaço físico da localidade e da usina em estudo. O diálogo foi inteiramente gravado durante todo o itinerário, com permissão dos mesmos.

No trajeto realizado, o entrevistado apontou os espaços relevantes para ele, assim como os locais onde ele parava com frequência ou não, no percurso que fazia para ir para ao trabalho, oferecendo a sua visão e interpretação sobre os acontecimentos vivenciados à época da existência da Usina, revelando as maneiras de ver, sentir e agir no universo de trabalho construído nesse espaço. Esta metodologia mostrou um dia de vida de um operário, desde o levantar até seu regresso para casa, fazendo anotações dos acontecimentos marcantes, percursos de seu dia de trabalho. São as marcas e vestígios de um passado vinculado a produção sucroalcooleira, que estão presentes na memória e na paisagem da Baixada Campista, mesmo que atualmente, tenha como representatividade, uma paisagem de ruínas e modificações nas antigas construções ligadas ao período de funcionamento da Usina.

Os resultados das entrevistas e do método dos itinerários apontaram que, entre os entrevistados, não havia uma consciência operária, no sentido de lutar e reivindicar por melhores condições de trabalho. Para os entrevistados, os direitos concedidos eram suficientes e satisfatórios.

Notável também, em todos os depoimentos realizados, que para esses trabalhadores a precarização em que viviam não era tão sentida por eles, devido a assistência social que tinham na usina, pois para eles a garantia de consultas médicas, odontológicas, enfermagem, remédios, escolas, atendimento especial caso precisassem de hospitais, tanto para eles como para os seus dependentes, eram mais importante que lutar ou reivindicar por melhores salários.

Apontaram ainda que, trabalhavam com entusiasmo, em troca dos direitos concedidos pelo usineiro. Segue abaixo, alguns relatos sobre o tema abordado nas entrevistas:

Meus filhos estudaram na escola da localidade, a usina pagou tudo: do uniforme ao material escolar. Tinha tudo meus filhos.
Entrevistado 1

(...) me lembro que a usina, lá dentro dela, tinha médico, enfermeiro, dentista, era só ir lá e marcar nosso horário. Atendiam a gente bem, minha família tinha direito também. Quando era caso muito grave a gente era levado no Hospital dos Plantadores de Cana.
Entrevistado 2

Os entrevistados acreditavam que teriam a oportunidade de um futuro promissor na usina, devido aos incentivos por parte do usineiro, oferecendo cursos de capacitação aos trabalhadores. Porém, com o decorrer dos anos, era possível identificar que a ascensão profissional não era para todos e sim para alguns. Perceberam que a maioria iria continuar na posição de operários que vendiam sua força de trabalho para uma função de serviços pesados, sem gratificação ou reconhecimento.

As relações comerciais dos operários também eram controladas pelo usineiro. Eram distribuídos vales para os trabalhadores buscarem remédios na farmácia. Ou vale para a venda, compra de mercadorias. No final do mês esses vales eram descontados no pagamento dos operários. A usina pagava diretamente aos comerciantes da localidade. Para os moradores da Baixada Campista era um privilégio ser operário de uma usina sucroalcooleira, no contexto do auge desta economia na região Norte Fluminense, nos anos 50 aos 80, do século passado.

As inovações tecnológicas são entendidas pelos trabalhadores como melhoria na execução de suas funções, isso foi perceptível nos relatos direcionados a diversas funções como na oficina mecânica, tratorista, ao almoxarifado, no escritório de contabilidade, projeto de irrigação, na plantação da cana, na colheita; enfim destacaram a importância dos investimentos ocorridos na usina no seu período de grande desenvolvimento. Afirmaram que a chegada das máquinas mais sofisticadas trouxeram melhores condições de trabalho.

No período de crise econômica e atraso do pagamento dos salários (1994 a 1996), os entrevistados afirmaram terem ocorrido duas greves. Acrescentaram ainda, que mesmo com a pressão de alguns trabalhadores na frente dos portões da usina, pedindo para que todos os operários não entrassem para mais um dia de trabalho muitos operários, naquela época, entraram para trabalhar. Foram dias muito tensos, relataram. Relataram que eram muitas incertezas que pairavam no ar, como ficariam suas famílias sem a assistência social concedida pela usina? Poderiam continuar morando nas casas da usina? E seria possível a aposentadoria daqueles que faltava tão pouco para isso? Tinham receio do que estaria por vir.

O entrevistado 6, declarou que o fechamento da usina se deu também por questões políticas locais, por falta de apoio à produção sucroalcooleira em decorrência da ascensão da economia petrolífera e seus benefícios para a região, apontando que:

A política local só via com bons olhos a economia ligada ao petróleo, não mostrou interesse em implementar e apoiar a economia sucroalcooleira. E isso era generalizado, pois não foi só a Usina Santo Amaro que fechou, foram praticamente todas; apenas duas se mantiveram funcionando, apesar das dificuldades. (...) muitas usinas ficaram endividadas, sem apoio governamental, o país em grave crise econômica, (...) plano cruzado e plano real que afetaram a vida de todos trabalhadores e brasileiros de maneira geral, foi um momento muito tenso.

Um dado muito significativo durante as entrevistas foi a abordagem feita em relação às transformações ocorridas com o declínio da usina na vida dos entrevistados e na comunidade. Foi relatada a questão da dificuldade que muitos tiveram em aceitar aquela situação de desemprego, também ressaltaram a questão do empobrecimento e dívidas deles no comércio local, sentiram órfãos, não tiveram nenhum apoio dos políticos locais na solução imediata de seus problemas.

Cada entrevistado ressaltou suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, muitos foram para o mercado informal ou trabalho autônomo, outros praticaram êxodo rural, outros ainda foram para cerâmicas de tijolos ou comércio

na cidade. Para a maioria dos entrevistados, as ocupações informais foram alternativas encontradas frente a falta de um emprego regular e com registro na carteira de trabalho.

Em todos os depoimentos, o que se verificou foi a imagem de um antigo operário como um sujeito solitário, que enfrentou individualmente o fechamento da usina e a perda de seu emprego, que saiu em defesa de seu sustento e se colocou disponível para qualquer tipo de ocupação, como forma de luta de sobrevivência, diante de um cenário de crise econômica. Na condição de empobrecimento se reinventaram no mundo do trabalho. Os entrevistados revelaram ainda que o baixo nível de instrução e qualificação foi um grande problema para eles concorrerem às vagas oferecidas pelo mercado da região Norte-Fluminense no contexto da década de 1990. Esse declínio da atividade sucroalcooleira teve como uma das consequências, a perda de espaço da produção campista na produção nacional e sem dúvida a perda de postos de trabalho tanto no campo quanto nas atividades industriais.

Assim sendo, foram impulsionados pela própria realidade a traçar novos caminhos e possibilidades para serem inseridos novamente no mundo do trabalho, naquele momento não mais nas atividades de produção do açúcar e álcool já que a maioria das usinas sucroalcooleiras da região tinham encerrado suas atividades.

Desse modo, cabe ressaltar que a pesquisa revelou posicionamentos bem semelhantes a respeito do significado do trabalho no setor sucroalcooleiro, considerando suas funções e rotinas de trabalho, direitos assistidos pela assistência social, relações sociais desenvolvidas e fortalecidas em um cenário que se apresentava muitas vezes precarizado, no que tange às melhorias salariais e de vida dos trabalhadores. Apesar de ter sido notório no decorrer das entrevistas e itinerários, a ausência de depoimentos que identificasse a percepção dos trabalhadores para a precarização do trabalho decorrente do modelo fordista de produção e do sistema capitalista vigente na sociedade.

O mundo do trabalho e a memória construída em torno do auge ao declínio do setor sucroalcooleiro na região da Baixada Campista, muitas vezes impedem o

trabalhador de ver com clareza a própria exploração, havendo uma perda de sua liberdade e consolidando a alienação.

Importante ressaltar que, a realização dos itinerários e das entrevistas semiestruturadas foi mesclada de muitas revelações e memórias carregadas de: afeto, subjetividade, cultura, costumes, valores, significações, verdades, vulnerabilidade, impressões, emoções, superações, vivências, construções e reconstruções do lugar onde está e daquele que esteve um dia, representando a fala de um tempo que se faz presente em um espaço de contradições, em um cenário que em um passado recente foi economicamente dinâmico e atualmente sinônimo de estagnação.

Neste contexto de declínio do setor sucroalcooleiro pesquisado, foi notável a grande quantidade de jovens, que foram inseridos no mundo do trabalho informal e subempregos para ajudar na renda familiar, esses jovens começaram a integrar uma força de trabalho desqualificada e desprotegida de direitos trabalhistas, além da exploração a qual lhe é imposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos a era das incertezas, principalmente em relação ao mundo do trabalho, visto o aumento do desemprego, dos empregos mal pagos e sem qualificação, terceirização, emprego informal, um cenário decorrente da política neoliberal, da mudança do papel do Estado, das transformações nas relações de emprego, da diminuição da estabilidade no emprego e flexibilização da organização do trabalho.

Desse modo, o artigo problematizou os efeitos das políticas econômicas do setor sucroalcooleiro na região Norte Fluminense, a sua configuração em um contexto de estagnação, trazendo à tona questões que devem ser analisadas para a efetivação de uma nova reestruturação produtiva do capital, diante de um mundo do trabalho que exige um profissional que exerça tarefas polivalentes e sejam qualificados para atender ao modo de produção flexível e mecanizado.

Nesse contexto, os métodos de pesquisa qualitativa empregados evidenciaram que entre avanços e recuos, a realidade dos trabalhadores do espaço rural do município de Campos dos Goytacazes, desde o fechamento da Usina Santo Amaro foi o de reinventar estratégias para a sua inserção no mundo do trabalho. A baixa qualificação da maioria dos antigos operários da Usina dificultou a reinserção no mercado de trabalho. O debate sobre o mundo do trabalho e suas novas ressignificações na Baixada Campista diante da precarização das condições sociais dos trabalhadores se faz necessário e requer políticas públicas.

Considerando o contexto apresentado na execução desta pesquisa, acredita-se que algumas realidades precisam ser repensadas e modificadas, entre elas, apontamos: diversificação de atividades econômicas e qualificação da mão-de-obra local. O assunto requer muito estudo crítico dos profissionais envolvidos na questão do trabalho, para que encontrem alternativas de mudança para a região em estudo, ações mais concretas com intuito de efetivar uma política pública que revigore o setor econômico.

Ainda é preciso salientar que o momento atual sugere uma profunda reflexão sobre o mundo do trabalho, em face dos altos índices de desemprego, condições de subempregos e vulnerabilidade dos trabalhadores frente à desregulamentação dos direitos trabalhistas na região Norte Fluminense. Essa realidade tem contribuído para acirrar, ainda mais, o cenário de desigualdades sociais e pobreza na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro. REVAN/UFRJ. 1994, P.29-39.

MARX, Karl. Trabalho Assalariado e Capital. In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/ Alfa-Omega, 1977. 3 v. P.33.

_____. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p.31-82.

SILVA, Roberto Cezar Rosendo Saraiva da e CARVALHO, Ailton Mota de. Formação Econômica da Região Norte Fluminense. In: I-PESSANHA, Roberto Moraes, org. II- SILVA PESSANHA, Roberto Moraes (Org.). Economia e

Desenvolvimento no Norte Fluminense. 1. ed., Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. P.65.

SINGER, Paul. A Crise do "Milagre". Interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. P. 30, 57-58, 133.